

CENTRO POPULAR DE CULTURA E
DESENVOLVIMENTO - CPCD

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e quotistas do
Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD
Curvelo - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1 - Entidades sem finalidade de lucros).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação do CEBAS - Certificação das entidades beneficentes de assistência social

Conforme Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade protocolou o requerimento de renovação do CEBAS - Certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2019 o processo de renovação foi indeferido e devido as grandes mudanças nas políticas de assistência social adotadas pelo Governo Federal, através do Ministério da Cidadania, a Entidade foi orientada pelos seus assessores jurídicos a reunir e revisar a documentação requerida para realizar novo pedido de renovação do CEBAS e conseqüentemente obter a manutenção da isenção de contribuições para a seguridade social. A Administração da Entidade, com base em medidas administrativas vem recorrendo desta decisão de indeferimento da renovação do CEBAS, cujo sucesso depende do desfecho destas ações. As presentes demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionada ao indeferimento da renovação do Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	449.544	412.744	Fornecedores	7	51.882	46.979
Recursos vinculados a projetos e convênios	4	483.431	496.345	Obrigações sociais e trabalhistas	8	122.691	117.770
Créditos a receber	5	74.878	89.622	Obrigações com projetos e convênios	4	483.431	496.345
		<u>1.007.853</u>	<u>998.711</u>			<u>658.004</u>	<u>661.094</u>
Não circulante				Patrimônio social			
Imobilizado	6	723.506	761.728	Patrimônio social	11	1.099.345	803.402
		<u>723.506</u>	<u>761.728</u>	Superávit (Déficit) acumulado		(25.990)	295.943
						<u>1.073.355</u>	<u>1.099.345</u>
Total do ativo		<u><u>1.731.359</u></u>	<u><u>1.760.439</u></u>	Total do passivo e do patrimônio social		<u><u>1.731.359</u></u>	<u><u>1.760.439</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas operacionais			
Doações		80.266	26.632
Repasse financeiros	12	7.071.277	6.365.853
Prestação de serviços		2.375.226	1.095.989
Resultado financeiro		24.607	42.707
		<u>9.551.376</u>	<u>7.531.181</u>
Despesas operacionais			
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	13	(8.292.731)	(6.045.813)
Despesas gerais/apoio administrativo		(1.284.635)	(1.189.425)
		<u>(9.577.366)</u>	<u>(7.235.238)</u>
(Déficit)/superávit do exercício		<u>(25.990)</u>	<u>295.943</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

	2018	2017
(Déficit)/superávit do exercício	<u>(25.990)</u>	<u>295.943</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(25.990)</u></u>	<u><u>295.943</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (ajustado)	1.501.563	(698.161)	803.402
Incorporação do déficit de 2016	(698.161)	698.161	-
Superávit do exercício	-	295.943	295.943
Saldos em 31 de dezembro de 2017	803.402	295.943	1.099.345
Incorporação do superávit de 2017	295.943	(295.943)	-
Déficit do exercício	-	(25.990)	(25.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.099.345	(25.990)	1.073.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Déficit)/superávit do exercício	(25.990)	295.943
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação	144.095	134.962
	<u>118.105</u>	<u>430.905</u>
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recursos vinculados a projetos e convênios	12.914	(59.236)
Créditos a receber	14.744	(29.428)
Despesas antecipadas	-	3.051
	<u>27.658</u>	<u>(85.613)</u>
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	4.903	(1.733)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.921	(131.635)
Obrigações com projetos e convênios	(12.914)	59.235
	<u>(3.090)</u>	<u>(74.133)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>142.673</u>	<u>271.159</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(105.873)	(38.449)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(105.873)</u>	<u>(38.449)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>36.800</u></u>	<u><u>232.710</u></u>
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	412.744	180.034
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	449.544	412.744
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>36.800</u></u>	<u><u>232.710</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica.

A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira.

Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Casa Saudável, Projeto Ser Criança, Projeto Dedo de Gente, Projeto Sítio Maravilha, Raposos Sustentável, Sementinha, Projeto Arasempre, Projeto Centro de Excelência em Permacultura e Bioconstrução, Projeto Cuidadores em Saúde, Barra Longa: Comunidade Saudável, dentre outros.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e norma NBC ITG 2002 (R1) aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da administração em função das dificuldades de apuração.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Entidade. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Entidade revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou o ajuste.

c) Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 01 de março de 2019.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.3. Créditos a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.5. Doações e subvenções

As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.8. Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio social.

2.9. Apuração do superávit ou déficit

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

2.10. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.11. Instrumentos financeiros

A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício e a composição da conta cheque em trânsito, refere-se a cheques que foram emitidos no final do mês de dezembro de 2018, cuja compensação não ocorreu até o fechamento desse exercício:

	2018	2017
Bancos Conta Movimento		
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 97200-2	167	-
Banco Brasil AG: 152-X C/C: 11879-6	191	655
Santander AG: 3115 C/C: 13000464-8	10.410	9.350
	<u>10.768</u>	<u>10.005</u>
Aplicações financeiras		
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 8989-3	-	100.773
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 22086-8	3.904	318
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 37890-9	-	127.062
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 97100-6	416.276	179.252
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 55866-4	7.176	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 61964-7	5.175	-
Santander AG: 3115 C/C 13000336-2	-	1.168
Santander AG: 3115 C/C 13000510-6	3.135	-
Santander AG: 4446 C/C 13000751-3	4.226	5.220
	<u>439.892</u>	<u>413.793</u>
Cheques em trânsito		
Cheques em trânsito	(1.116)	(11.054)
	<u>(1.116)</u>	<u>(11.054)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>449.544</u>	<u>412.744</u>

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

4. Recursos vinculados a projetos e convênios

Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Repasse - Projeto Arari	1.127	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Vila Cocal	-	52.723
Repasse - Projeto Porticus MA	-	4
Repasse - Projeto Arasempre	-	5.480
Repasse - Projeto Buriticupu	-	115
Repasse - Projeto Cuidadores em Saúde	13	6.405
Repasse - Projeto Casa Saudável Agroplanalto	-	18.572
Repasse - Mini Pronac 2	9	9
Repasse - Projeto Ponto de Partida	-	11.562
Repasse - Projeto Casa Saudável Boca do Mel	5.751	54.700
Repasse - Projeto PP	8.681	346.775
Repasse - Projeto Casa Saudável Moitas e Queluz	323	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Bubasa e Muquila	51.092	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Presinha e Pindaré	38.235	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Roça Grande Tucumã	54	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Vila Pindaré	139	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Concordia e União	15.790	-
Repasse - Projeto Barra Longa	265.704	-
Repasse - Projeto Avina Coca-Cola	78.013	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Monitoramento	18.500	-
	<u>483.431</u>	<u>496.345</u>

5. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se à prestação de serviços realizados pela entidade, conforme os contratos pactuados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Instituto Viva a Vida	61.878	59.622
Fundação Vale do Rio Doce	13.000	30.000
	<u>74.878</u>	<u>89.622</u>

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte, conforme levantamento físico dos bens patrimoniais:

Custo ou avaliação	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Telefones	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (i)	203.715	215.243	121.065	253.613	63.494	1.111	858.241
Aquisição	-	16.385	14.666	-	7.398	-	38.449
Depreciação	-	(35.329)	(12.323)	(65.690)	(21.491)	(129)	(134.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203.715	196.299	123.408	187.923	49.401	982	761.728
Custo total	203.715	604.200	281.818	536.050	281.171	9.553	1.916.507
Depreciação acumulada	-	(407.901)	(158.410)	(348.127)	(231.770)	(8.571)	(1.154.779)
Valor contábil	203.715	196.299	123.408	187.923	49.401	982	761.728
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203.715	196.299	123.408	187.923	49.401	982	761.728
Aquisição	-	43.584	6.369	51.816	4.104	-	105.873
Depreciação	-	(29.701)	(19.877)	(71.044)	(23.124)	(349)	(144.095)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.715	210.182	109.900	168.695	30.381	633	723.506
Custo total	203.715	647.664	287.882	587.866	281.194	9.553	2.017.874
Depreciação acumulada	-	(437.482)	(177.982)	(419.171)	(250.813)	(8.920)	(1.294.368)
Valor contábil	203.715	210.182	109.900	168.695	30.381	633	723.506

(i) Reapresentado

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

	2018	2017
Fornecedores de serviços	29.098	44.714
Fornecedores de materiais	22.784	2.265
	<u>51.882</u>	<u>46.979</u>

8. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

	2018	2017
Salários e ordenados a pagar	2.516	-
Provisão de férias e encargos	74.785	59.949
INSS a Recolher	14.373	15.048
FGTS a Recolher	14.768	19.322
PIS a Recolher	1.641	2.761
IRRF a Recolher	14.608	20.690
	<u>122.691</u>	<u>117.770</u>

9. Gratuidades e subvenções

A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos.

A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos.

A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2019 o processo de renovação foi indeferido e devido as grandes mudanças nas políticas de assistência social adotadas pelo Governo recém empossado, a Entidade foi orientada a reunir a documentação completa e necessária para a realização de um novo pedido do CEBAS junto ao ministério responsável pela certificação, o Ministério da Cidadania, dessa vez comprovando de forma mais clara e precisa que a Entidade reúne todos os requisitos (gratuidade nas ofertas, continuidade nas ofertas e planejamento nas ofertas) para gozar das isenções tributárias propiciadas pela certificação junto ao Ministério da Cidadania.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Passivos contingentes

A Entidade possui ações judiciais em andamento, oriundos do curso normal de suas atividades, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis ou possíveis em 31 de dezembro de 2018.

11. Patrimônio social

O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.099.345 (R\$ 803.402 em 31 de dezembro de 2017).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

12. Repasses financeiros

A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	2018	2017
Projeto Trilhos e Casa Saudável	3.004.374	1.510.129
Porticus	4	1.200.371
Arasempre	5.480	397.076
Arari	583.688	960.000
Comunidades saudáveis	740.282	716.041
Itaú Fomento (a)	500.000	500.000
Projeto PP	338.093	-
Barra Longa	959.405	-
Avina Coca-Cola	325.583	-
Outros repasses financeiros	614.368	1.082.236
	<u>7.071.277</u>	<u>6.365.853</u>

(a) No exercício de 2018 a Entidade recebeu através de contrato doação realizada pela Fundação Itaú Social o valor de R\$ 500.000 a título de apoio financeiro para contribuir com o fortalecimento e custeio das operações do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD. O referido contrato de doação será, durante o exercício de 2019, objeto de prestação de contas e avaliação por parte da Fundação Itaú Social conforme estipulado em contrato firmado entre as partes.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais

As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2018	2017
Projeto trilhos	-	(54.163)
Porticus	(348.990)	(850.662)
Casa saudável	(2.867.951)	(1.562.585)
Arari	(916.908)	(900.638)
Arasempre	-	(306.515)
Sec Barbacena	(605.038)	(433.742)
Sementinha SP	(118.967)	(70.124)
Raposos sustentável	(92.122)	(58.515)
Comunidades saudáveis	(517.860)	(484.093)
Dedo de gente	(358.815)	(310.400)
Ser criança	(253.309)	(242.301)
Sítio maravilha	(42.379)	(56.530)
Caminho das águas	(401.310)	(41.510)
Ação	-	(1.874)
Mini Pronac	(119.349)	(328.985)
Cuidadores em Saúde	(350.650)	(254.917)
Itaú Fomento	(125.333)	(88.259)
Barra Longa	(975.323)	-
Avina Coca-Cola	(181.259)	-
Bovespa	(4.529)	-
Brazil Foundation	(12.639)	-
	<u>(8.292.731)</u>	<u>(6.045.813)</u>

14. Seguros (não auditado)

A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Eventos Subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico nº CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Sebastião Rocha
Presidente

Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318
Carlos José Rodrigues - CRC/MG070047/O-3